

Linguagem Inclusiva de Gênero: fundamentos e manifestações

Iran Ferreira de Melo

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Introdução

Chamamos de Linguagem Inclusiva de Gênero (LIG) o conjunto de mecanismos de linguagem que constrói sentidos de gênero além das dominações masculinista e binária. Também chamada de Linguagem Altruísta de Gênero por áreas como Direito e Educação; e de Linguagem Disruptiva de Gênero, pelos estudos queer/cuir, a LIG tem dois princípios básicos, descritos a seguir.

- A negação do masculino e do homem como performances universais de gênero, revendo o masculino gramatical para designar pessoas como forma não marcada e construção histórica forjada por uma cultura masculinista (substituindo algo como “homem” por “ser humano” / “todos” por “todas as pessoas” (hooks, 2017; Kilomba, 2019).
- Bem como a negação da binariedade como performance universal de gênero para designar pessoas, também revendo a binariedade semiótica (na língua e em outros sistemas linguísticos) como algo que reflete e refrata nossa história heteronormativa (Warner, 1991; Rubin, 2019; Rich, 1980) e duonormativa (Melo, in mimeo).

Além disso, LIG tem alguns fundamentos, como os seguintes.

- A binariedade de gênero (espectros masculino e feminino) é efeito de ideologias coloniais que dividem o mundo em dicotomias decorrentes do ideário platonista greco-romano de realidade, que, por sua vez, fazem um traçado ocidental de mundo por meio de

oposições, como bem e mal, certo e errado e sagrado e profano (Vieira, 2020; Anzaldúa, 2009).

- A ideologia colonial elege o homem branco e cisgênero como sujeito histórico e, por isso, não é por acaso que teimamos em usar o masculino gramatical como forma universal em povos como o nosso, constituído por legados masculinistas. Um exemplo de teimosia quanto a isso é o registro a seguir, de uma notícia de um tradicionalíssimo jornal pernambucano, onde as trabalhadoras domésticas são tratadas no masculino gramatical quando a construção é generalizadora - cúmulo do emprego masculinista:

Figura 1. Exemplo de masculino gramatical excessivo



Fonte: Diário de Pernambuco (2022).

- Como norma, gênero é parte de uma matriz que o correlaciona ao corpo físico exclusivamente do homem e da mulher, por isso gênero é percebido como duonormativo (binário).
- A disrupção de gênero, portanto, é parte da negação dessa matriz e, como o gênero, a disrupção de gênero acontece na linguagem.
- A língua realiza disrupção de gênero e o português é uma língua que marca gênero, sendo a marcação de gênero no português um mecanismo que ocorre por meio de nomes e morfemas.
- Existe uma classificação nas línguas que é a de gênero gramatical. Ela serve, dentre outras coisas, para designar o gênero das pessoas.

Aprendemos que a forma mais conhecida dessa relação é o uso das desinências “-o” e “-a”, respectivamente para homens e mulheres.

- Algumas formas, em determinadas línguas, são consideradas neutras, porque não preenchem as marcas binárias e geralmente não correspondem a formas tradicionais assim designadas.
- A marcação de gênero no português é duonormativa (só permite masculino e feminino) e masculinista (generaliza no masculino). Ela ocorre por meio do léxico (por exemplo, na díade de palavras “homem” e “mulher”), da desinência de gênero numa palavra (pela distinção, por exemplo, de “menina” e “menino”), pela sintaxe (como na concordância do artigo, como em “o estudante” ou “a estudante”) e no processo de referenciação textual (por exemplo, ao se dizer “a criança”, pode-se correferir por palavras genereficadas gramaticalmente, como “ele”).
- Algumas formas, em determinadas línguas, são consideradas neutras, porque não preenchem as marcas binárias e geralmente não correspondem a formas tradicionais assim designadas.
- A disrupção de gênero no português também pode ser binária e não binária.

Na língua portuguesa, como em muitos idiomas indoeuropeus, o gênero serve para associar nomes ao corpo de seres vivos, mas somente 13% das palavras em português têm essa função. Para o restante, o gênero funciona apenas na concordância da sentença. Além disso, é importante ressaltar que nem todas as línguas são como a nossa. O guarani - língua do povo tupi-guarani, residente no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai - não distingue gênero gramatical em substantivos e pronomes. O macuxi, língua de um povo indígena residente no Monte Roraima, e o Hixkaryana, língua de outro povo também indígena, morador no Amazonas e no Pará, têm gênero gramatical relacionado a categorias semânticas animado e inanimado ou humano e não humano.

Isso torna a questão da LIG um debate complexo, mas não desimportante. Pelo contrário, desenvolver uma sensibilidade para perceber a política linguística que há na formação das identidades de gênero pelas escolhas que

fazemos do que a nossa língua dispõe é urgente num país como o nosso, tão marcado por violências motivadas pelo ódio à diferença de gênero. Mas, para aprofundar o debate, vamos elucidar algumas nuances sobre a compreensão do que seria gênero.

1 Mas o que é mesmo gênero?

O termo “gênero” vem do latim “genus” e significa etimologicamente “tipo”, “espécie”. Pode ser entendido como um dispositivo de poder que regula as pessoas, definindo-as apenas como homens ou mulheres, mas também podemos entendê-lo como tudo aquilo que fazemos na relação com o nosso corpo: um discurso fundamental do corpo – que pode ser regulador ou emancipatório. Gênero é uma construção, como nos lembra Simone de Beauvoir (1970), “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, ou a drag queen estadunidense RuPaul, em seu programa de tv, “Nós nascemos nus, o resto é drag”.

Quando o assunto é gênero, afirmamos que ele, como categoria para classificar as pessoas no mundo, é um fenômeno de linguagem. Portanto, a identidade de gênero exige o reconhecimento de um modo particular de usar a linguagem.

Antigos estudos dos anos 1970, em Sociolinguística, mostravam, por exemplo, que mulheres do Norte Global tendiam a usar formas linguísticas padrão e não estigmatizadas. No Brasil, homens, quando usam diminutivos morfológicos na palavra como gesto de apreciação (modal), são lembrados que isso é uma marca da mulher. Para se defender da polícia, travestis, no Brasil, criaram o pajubá. Esses e outros exemplos nos mostram que gênero, como qualquer outra identidade, é formulado por discurso.

É parte do processo de construção de uma identidade ser forjador por modos característicos de linguagem. Isso acontece por múltiplos fatores. Nos anos 1920, por exemplo, nos EUA, os cientistas Edward Sapir e Benjamin Whorf atestaram que isso acontece por razões também naturais e culturais (Cunha, 2011).

Eles atestaram que o povo indígena Hopi da América do Norte não pensava o tempo linearmente, e isso estava ligado ao fato de não possuírem formas linguísticas que designavam o passado. Também perceberam que esquimós, por viverem no gelo, tinham muitas palavras para se referir à neve. Enfim, Sapir e Whorf mostraram que as motivações, então, para se constituir um modo particular de linguagem, típico de uma identidade, são multifatoriais, variam de condições climáticas a interesses políticos conscientes.

Não é diferente com o gênero. Ele é discurso e relacional, uma negociação cultural, interacional. É uma construção, não é previsto. Acontece enunciativamente, ou como declara Beauvoir (1970), ocorre por meio do corpo, que, por sua vez, é uma situação. Gênero então é corporificado, performado. Sendo assim, marcar uma linguagem inclusiva de gênero requer pensar em tudo isso e para além da binariedade, isto é, exige pensarmos sobre a existência de uma linguagem não-binária.

2 Linguagem não-binária e não binariedade

A LIG é um nome usado para qualquer linguagem disruptiva de gênero, mas cujo foco do termo está na inclusão pelo discurso. Sendo assim cabem a ele formas disruptivas da língua que envolvem registros como: "pessoa", "menino/a", "menino(a)", "menina/o", "manina(o)", "meninoa", "meninao", "menine", "meninx", "menin@", "menin_", "menin", "menina" (genérico), "ile", "elu", "corpa" e tantas outras maneiras.

Dentre essas possibilidades, como sinalizei antes, existe a chamada linguagem neutra ou linguagem não-binária. "Neutro" é um termo usado para designar uma representação sem gênero social (nome de coisas, por exemplo) ou fora do binário masculino-feminino. Essa designação é ambígua porque pode indicar também isenção e imparcialidade. Tal maneira vem sendo a forma mais comum das pessoas se referirem aos modos não-convencionais de designação de gênero social na linguagem. Ela é muito empregada por pessoas cisgênero e por pessoas não ativistas de gênero.

Mas, seja chamada assim ou mesmo como linguagem não-binária, esse modo de LIG é a negação da convenção de gênero numa língua, que pode

acontecer pela duonormatividade (com negações de estruturas como “mulher” e “homem”, para o léxico; “Maria” e “José” para antropônimo; “menina” e “menino”, manifestada pela desinência de gênero por mudança; “trabalhador” e “trabalhadora”, manifestada pela desinência de gênero por acréscimo; “a estudante” e “o estudante” no sintagma) ou pode acontecer pelo machismo (com negações de estruturas como “a evolução do homem segundo Darwin”, do masculino genérico no nome; “direito de todos os brasileiros”, do masculino genérico na desinência e no sintagma).

O discurso da não binariedade não trata apenas de designar identidades de pessoas fora da binariedade de gênero. Funciona também para representar a performance do corpo que realiza o gênero de alguém.

Gênero não é um atributo, mas uma ação da linguagem, que nunca acaba, nunca é definitiva, nunca está perfeita, e a não binariedade é o estado regular de se fazer gênero, seja na convenção ou na disrupção das convenções. Isso porque podemos falar de não binariedade como identidade e como performance.

Como identidade, ela é o reconhecimento do resultado (estereótipo) das práticas regulares de linguagem (performances). Ao performar usos de linguagem típicos do masculino ou feminino com recorrência, a pessoa é reconhecida como binária. Ao performar com recorrência usos híbridos de linguagem do binário de gênero, a pessoa é reconhecida como não binária ou algo que não a identifique como homem ou mulher (queer, fluida, travesti...).

Como performance, a não binariedade é o reconhecimento das práticas regulares de linguagem, considerando que, assim, a binariedade compõe os usos de linguagem do masculino no corpo lido como masculino e do feminino no corpo lido como feminino e que a não binariedade constitui os usos de linguagem do masculino ou feminino intervindo no corpo tido como oposto. Esses usos podem ter um efeito não dominante no corpo, mas apontar para um modelo não-padrão de masculinidade e feminilidade.

Pensando dessa maneira, podemos afirmar que também já temos uma linguagem não-binária, porque não encerramos a realidade numa palavra. Temos a propriedade do paradigma linguístico, isto é, das escolhas que fazemos para as significações.

Se eu digo “pessoa”, “homem”, “gente”, “ele”, “José”, escolho (nem sempre conscientemente) de que modo vou falar. Isso já significa que o sistema de uma língua não é binário em si, ainda que, quando escolhemos dizer algumas dessas formas, geralmente se instaura a oposição homem x mulher, pessoa x não-pessoa.

Para tomar como exemplo uma das expressões da não binariedade de gênero como performance do fazer gênero, podemos citar a operação interdiscursiva de recategorizar construções linguísticas que significam insulto, um simulacro discursivo que podemos chamar de contrabando discursivo de gênero. Vamos falar sobre ele?

3 Contrabando discursivo de gênero como linguagem inclusiva de gênero

O contrabando discurso de gênero é uma operação de heterogeneidade discursiva que funciona da seguinte maneira. Quando usamos uma palavra, uma sentença ou qualquer texto produzido para inferiorizar, rechaçar ou até insultar alguém, produzimos algumas estruturas que servem de modelo ou se tornam conhecidas por essas razões. Às vezes, os sujeitos que são alvo dessas ações mitigadoras fazem uso deliberado de tais estruturas para responder a essas ações, revalorizando-as ao atribuir sentido positivo e autoafirmativo a elas (Melo, 2022; no prelo). Quando o insulto ou a depreciação é sobre gênero e a autoafirmação também, podemos chamar de contrabando discursivo de gênero.

Isso acontece com o item “vadia”, articulado na ordem de discurso feminista da Marcha das Vadias, que é uma manifestação contra a violência sexual dirigida às mulheres. Surgiu em 2011, após mulheres de Toronto (Canadá), ao denunciarem abusos sexuais que sofriam, terem escutado de um policial que elas deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas. A palavra “vadia” foi então tomada pelas manifestantes como autoafirmação, liberdade e combate ao machismo e ao patriarcado.

Essa operação é bastante conhecida no contexto da luta por representatividade de grupos subalternizados. Ocorreu, por exemplo, no Brasil

com a palavra “bicha” nos anos 1970. Esse mecanismo é uma realização de linguagem não-binária porque significa na palavra a performance de gênero (a não binariedade constitutiva do fazer gênero): VADIA é uma maneira de performar o ser mulher (aquela que usa roupas curtas...) e BICHA é uma maneira de performar a feminilidade no corpo rotulado como de homem.

Esse mecanismo é uma operação de ressemantização, pois, com ele, se promove um diferente efeito de sentido do uso da palavra no interior das diferentes ordens de discurso. É uma operação que estabelece outra apreciação sobre a liberdade da mulher em usar o seu corpo (no caso de “vadia”), por isso é uma operação de recategorização e que institui uma nova pragmática.

A nova categoria, nesses casos (“vadia”, “bicha”...), é disruptiva, pois desmantela a ordem da matriz, que diz: Vadia como autoafirmação é um erro porque a mulher não pode ter liberdade e bicha como autoafirmação é um erro porque o feminino no corpo fora do sexo tido como feminino não pode acontecer.

Costumamos compreender essa recategorização como a passagem da injúria para o orgulho – de forma télica (algo sai de um ponto para alcançar outro). Contudo, as vidas que desintegram a matriz, no contexto de reflexividade de suas práticas, como nessa operação discursiva, não buscam se integrar às normas que lhe oprimem. A vadia para ser aceita não busca se tornar a bela-recatada-e-do-lar – isso a assimilaria ao sistema convencional de gênero.

Vadia, bicha e outras categorias políticas articulam esse mecanismo para não se NORMALIZAR à estrutura dominante colonial. Assim, mantêm-se como um corpo precário, abjetificado, uma vida que não importa (Butler, 2020).

Para existir, essa categoria precisa, portanto, tomar para si, alguma memória do seu lugar de vida que não importa, como se erigisse uma espécie de cicatriz da violência para diferenciar-se do discurso algoz, lembrando-nos que é isso que a torna vida/corpo/existência. A significação do discurso violento é contrabandeada – levada para a construção de outro significado, sob a mesma forma usada para executar a “primeira” categorização, mas como estratégia antiassimilacionista à estrutura de violência colonial, pois fissa essa estrutura pelo seu próprio interior. Ela não diz “não sou o que você me chama,

sou igual à sua norma”, mas diz “não sou o que você me chama, mas não sou igual à sua norma; sou sim o que você repudia”.

Michel Foucault (2005) chama esse fenômeno de DISCURSO REVERSO; Judith Butler (2021), de EVOCAÇÃO PERFORMATIVA DE GÊNERO; e Linn da Quebrada (2021), de A FORÇA DA FARSA. O contrabando discursivo de gênero proclama a ininteligibilidade de gênero como potência, é decolonial porque nega os valores da herança da matriz eurocentrada; é uma linguagem não-binária porque reivindica a representação da performance de gênero como prática, e não como identidade dentro do binário masculino-feminino; é pós-identitário porque não se compromete com a assunção da identidade, mas com a liberdade do fazer identitário, sem se essencializar; é um objeto das análises de discurso porque se realiza por uma manifestação interdiscursiva renquintada no contexto das agendas políticas de grupos subalternizados; e é um projeto glotopolítico porque ocorre pela reflexividade de grupos organizados em prol de mudanças da linguagem como mudanças sociais.

Por sinal, como exercício glotopolítico, a LIG é um forte trabalho glotopolítico. Sobre isso, vamos falar sobre esse aspecto agora.

4 Glotopolítica em linguagem inclusiva de gênero

A disrupção de gênero na língua é uma glotopolítica de gênero. Glotopolítica é uma ação deliberada de governo de usos da língua com um interesse específico: acordos ortográficos, decreto do ensino de uma segunda língua num país, proposta de uso da língua para que seja acessível a todas as pessoas.

Em diferentes lugares do mundo, vivemos hoje glotopolíticas de valorização identitária e da diferença humana, uma onda de linguagem inclusiva de gênero. É glotopolítica de gênero a negação do mansplaining e do maninterrupting; perguntar como as pessoas querem ser tratadas em termos de gênero; promover, pela via extrajudicial, que pessoas registrem sua identidade não binária em documentos de identificação; dar visibilidade a diferentes perfis identitários de gênero (mulheres, travestis, pessoas não binárias...) em textos escritos influentes, como livros didáticos, textos jornalísticos, dentre outros;

quando, para nos referirmos a pessoas não binárias, não marcamos a binariedade gramatical, usando neopronomes ("ile", "elu"...), formas tradicionais não binárias das línguas (a palavra "pessoa", por exemplo) etc.

Nos anos 1970, a antropóloga Gayle Rubin (2019 [1975]) já afirmava que vivemos numa sociedade materialista marcada por uma divisão de poder que sustenta a noção de gênero como norma discriminatória, binarizando o mundo em masculino e feminino e hierarquizando esse primeiro espectro de gênero sobre o segundo. Quando exercitamos, portanto, uma glotopolítica inclusiva de gênero num país como o Brasil, estamos assumindo o dissenso com esse tipo de sociedade citada por Rubin. O efeito reativo a essa nossa postura é justamente a glotofobia de gênero.

Glotofobia é qualquer prática de discriminação negativa, inferiorização ou insulto contra um modo particular de usar a linguagem. Essa prática, não por acaso, tem se expressado em setores sociais conservadores e sido exercitada por grupos ortodoxos. Tal glotofobia vem sendo traduzida por ativistas LGBTQs e feministas como uma grande cruzada antigênero que se atualiza no século XXI e se realiza, por exemplo, em projetos de lei e decretos apresentados por pessoas que defendem a manutenção de uma sociedade com aquela divisão de poder que Gayle Rubin cita. Para mencionar um caso, vejamos a fala pública de uma figura infelizmente conhecida por nós ao tratar da linguagem não-binária.

Figura 2. Exemplo de prática de glotofobia de gênero



Fonte: Twitter X de Mônica Bergamo (*Folha de S. Paulo*).

Os discursos glotofóbicos de gênero produzem inverdades, caricaturizam a diferença linguística, incitam ao ódio, insultam, são sarcásticos. O antídoto para a glotofobia de gênero é o debate público e as alianças glotopolíticas. Este texto é um convite para pensarmos juntas saídas eficazes para combatermos a glotofobia de gênero.

Considerações um pouco finais

Ainda que com muitas práticas glotofóbicas, a LIG tem passado por muitos reconhecimentos e avanços. Por exemplo, com os seguintes casos.

- Em eventos artísticos: Festival de Cinema de Berlim (24/08/20) - a premiação a intérpretes não fará distinção de gênero.
- Em empresas: Japanese Airlines (01/10/20) - descarte da frase comumente usada “senhoras e senhores” a bordo de seus voos em favor de saudações sem gênero definido.
- Nos estados e nações: Canadá (31/08/17) - autorização à população não-binária a usarem a opção “x” em seus passaportes, em vez de “masculino” ou “feminino”.
- Em universidades: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFRGS (11/10/20) - emprego do feminino genérico no edital de seleção de mestrado para ingresso no ano de 2021 (“brasileiras”, “estrangeiras”, “candidatas”).
- Na ciência: Universidade Técnica de Darmstadt - Alemanha (2021) - Primeiro nome científico de gênero não binário. Nome dado a uma formiga encontrada no Equador.
- Na prática didática: Livro de colorir sobre LNB - Autora: Prili (ativista NB).
- Na literatura: Todos somos bolhes (Romance - Roberto Muniz Dias).

Diante disso, é sempre bom lembrar que a LIG é um modo de contemplar a representação de pessoas que são diariamente ceifadas na sociedade brasileira por causa do ódio contra suas identidades de gênero. Em seus relatórios, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA -; o

tradicional Grupo Gay da Bahia - GGB -, entidade que, há décadas, mapeia dados, sobre violências contra a população LGBT; a organização europeia Transrespect versus Transphobia e outras instituições nacionais e internacionais afirmam que o Brasil é líder mundial em mortes contra a população trans (transexuais e travestis). Somente estes dados já são suficientes para justificar a defesa de ações de sensibilidade à linguagem quanto ao reconhecimento que pleiteiam pessoas trans.¹

A língua é um fenômeno que atende a necessidades humanas e, mesmo que tenha proposto formas supostamente universais para marcar gênero em seus sistemas, está sujeita a mudanças de acordo com as necessidades sociais. Nenhuma entidade científica dos estudos linguísticos no mundo despreza o uso da linguagem neutra de gênero. Ao contrário, a exemplo da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED -, da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN -, da Associação de Estudos do Discurso e da Sociedade - EDiSo - e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil - ALAB -, todas as associações científicas da Linguística respeitam e orientam o uso da linguagem inclusiva de gênero.²

Ademais, o caráter epidêmico da violência contra a população trans no Brasil tem conduzido ações políticas de diferentes ordens. Inclusive, como exemplo, em 2022, houve o reconhecimento do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para a aplicação da Lei Maria da Penha a casos de violência contra mulheres trans³. Este marco histórico é parte da aplicação de uma justiça equitativa que pode ser exercitada preventivamente desde o cuidado com o uso de uma linguagem respeitosa e que referencia pessoas trans não binárias e a diversidade de gênero.

¹ Para maiores informações sobre essas entidades de pesquisa sobre violência contra LGBT, podemos mencionar:

- ANTRA: <https://antrabrasil.org/>;
 - GGB: <https://www.instagram.com/grupogaydabahia/>;
 - TRANSRESPECT versus TRANSPHOBIA: <https://transrespect.org/en/>;
 - OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBT+ NO BRASIL: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>;
 - ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: <https://forumseguranca.org.br/>.

² É relevante indicar entidades científicas da Linguística e suas atividades apoiando a LIG:

- ALED: <https://www.youtube.com/watch?v=h3J3zgX5OKY&t=2s>;
 - ABRALIN: <https://www.youtube.com/watch?v=aTY0Bl2uf2Q&t=2s>;
 - EDiSo: <https://www.youtube.com/watch?v=y68MM6O7lml&t=13s>;
 - ALAB: <https://www.youtube.com/watch?v=yez94prJ1S4&t=974s>.

³ Para saber mais sobre, acesse: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/05042022-Lei-Maria-da-Penha-e-aplicavel-a-violencia-contra-mulher-trans--decide-Sexta-Turma.aspx>.

E, para finalizar, gostaria de dizer que uma língua é constituída por seus sistemas internos e também por seus usos. Criar alternativas para o masculino genérico no português não é apenas uma prática de visibilidade, mas também é uma ação reconhecida cientificamente que afeta nossa cognição sobre as pessoas e suas potencialidades. Pesquisas em Psicolinguística atestam que falantes projetam imagens mentais de homens quando leem o masculino genérico em detrimento de outras possibilidades linguísticas mais inclusivas. A Psicologia Social, em diálogo com a Linguística, evidencia que a escrita inclusiva faz muita diferença. Estudos nesta área demonstram que, quando crianças e adolescentes leem nomes de profissões somente em suas formas gramaticalmente masculinas, concebem que homens têm mais chances de sucesso do que mulheres e pessoas não binárias⁴. Isso demonstra que uma linguagem inclusiva que se esforça para apresentar modos não binários de gênero pode e deve ser estimulada para construirmos visões de mundo mais diversificadas.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. Trad. Joana Plaza Pinto; Karla Cristina dos Santos. **Cadernos de Letras da UFF** - Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. 1. Fatos e mitos. 4 ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. Entrevista. **Le Nouvel Observateur**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-judith-butler-em-portugues/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do "sexo". Trad. Veronica Daminelli; Daniel Yago Françolli. São Paulo: N-1 Edições / Crocodilo, 2020.

⁴ Estudos que investigam dano do masculino genérico:

- Artigo: Uma ministra pode engravidar? O impacto do genérico masculino nas representações mentais
Autor: Markus Brauer (Université Blaise Pascal)

https://www.persee.fr/doc/psy_0003-5033_2008_num_108_2_30971

- Livro: Sim eu posso! Efeitos de descrições de trabalho justas por gênero nas percepções das crianças sobre o status do trabalho, dificuldade no trabalho e autoeficácia vocacional

Autoras: Seca Vervecken e Bettina Hannover (Universität Berlin)

<https://econtent.hogrefe.com/doi/10.1027/1864-9335/a000229>

- Artigo: Empresários calorosos, donas de casa competitivas? Efeitos da linguagem justa de gênero nas percepções dos adolescentes sobre ocupações

Autoras: Seca Vervecken (Karel de Grote University College)

Pascal M. Gygax (Universidade de Friburgo)

Ute Gabriel (Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia)

Matthias Guillod (Universidade de Friburgo)

Bettina Hannover (Universidade Livre de Berlim)

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2015.01437/full#B59>

CUNHA, Adan Phelipe. **Contrastando Sapir (d)e Whorf na 'Hipótese Sapir-Whorf'**. Anais do XVI Seminários em Andamento – SETA. 2011. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/1279>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. 16 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELO, Iran. **Duonormatividade e linguagem**. In mimeo.

MELO, Iran. **Linguística Queer**. Campinas: Pontes: no prelo.

MELO, Iran. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis F. de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) **Estilos e discursos**. Uma contribuição para os estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2022. p. 43-65

QUEBRADA, Linn da. **Trava Línguas**. Gravadora: Altafonte. 2021.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Journal of Women's History**, v. 15, n. 3, p. 11-48, 1980.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

VIEIRA, Helena. Introdução ao feminismo decolonial. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ixb09EHZduw>. Acesso em: 18 jun. 2024.

WARNER, Michael. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**, v. 09, n. 4, p. 3-17, 1991.